

A CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Fábio Aparecido Barbosa³

RESUMO

Trazemos com este artigo o pensamento de um grande autor Uruguaio, Cláudio Rama, onde percebemos uma clareza de pensamento sobre o tema da certificação profissional, verificamos o decorrer histórico e as mudanças com o crescimento das instituições de ensino superior devido à grande procura de jovens e adultos que têm em vista as exigências de um mercado laboral cada vez mais competitivo e exigente de competências.

Palavras-chaves: Certificação profissional; mercado laboral exigente; competências

INTRODUÇÃO

Percebe-se, nos tempos atuais, uma verdadeira corrida em busca de se conseguir certificações que garantam um lugar no mercado de trabalho. Esse fato propicia o surgimento de instituições sérias e outras não confiáveis que prometem conceder ao interessado o certificado que tanto almeja.

É resultado de uma leitura aprofundada da obra de Cláudio Rama e faz uma ligeira apanhada de como acontece a certificação na América Latina.

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O tema da certificação profissional é hoje um dos temas centrais da educação superior. No início, a formação acadêmica não dava o direito de entrada no mercado de trabalho. Segundo Claudio Rama (2014, p. 167),

³ Mestrando em Ciências da Educação na UDE, em Montevideo- Uruguai. Turma XXVI - A
De Magistro de Filosofia – ano XI no. 23 – 2018

“tratava-se de dois momentos: a saída do mundo acadêmico através da colação que mostrava o fim do processo formativo e o ingresso ao mercado laboral através dos procedimentos que estabeleceram os âmbitos gremiais” (tradução nossa). Estes grêmios profissionais eram um estilo de instituições que faziam a seleção dos profissionais, teve seu fim no ano de 1791, com a Revolução Francesa, mediante a lei de Jacobino Isaac Le Chapelier.

A anulação de tais prerrogativas que gozavam os grêmios deixou posteriormente nas mãos das universidades a concessão tanto do título acadêmico como do licenciamento ou certificação profissional, quando desde 1806, sob o modelo do estado imperial por Napoleão, estas se constituíram como aparelhos do Estado imperial e concederam títulos em nome do Estado. Neste sentido, os níveis regulatórios do exercício profissional passaram, sob o modelo napoleônico de universidades, desde os grêmios até os Estados, que em seu momento os delegaram nas universidades, como instrumentos e aparelhos do Estado imperial (RAMA, 2014, p. 168).

Este modelo Napoleônico se manteve até recentemente na América Latina, somente com a expansão da diferenciação institucional, principalmente pensamos aqui as universidades privadas. Colaborou, também, neste sentido, a busca por uma qualidade maior na formação profissional, estas realidades geraram “novas formas de articulação entre o egresso do mundo educativo e o ingresso ao mundo laboral, assim como uma redefinição dos requerimentos de ingresso ao mercado laboral profissional”(RAMA, 2014, p. 169, tradução nossa).

O Licenciamento das Certificações Privadas

Em meados do século XX, tanto a certificação acadêmica como a habilitação profissional, ficaram delegadas às universidades públicas. Com o aparecimento das universidades privadas aparece a questão: se estas teriam a capacidade e o direito de entregar certificações acadêmicas e habilitação

profissional em nível nacional. Nos países como Venezuela, Bolívia e Uruguai se aplica uma espécie de rubrica ou assinatura autorizada às instituições privadas, isto significa, que por elas mesmas, não possuem a capacidade de dar em nome da nação a certificação e a habilitação profissional.

Os ministérios de educação realizam um efetivo processo de licenciamento para os títulos acadêmicos das universidades privadas que requer um endosso, registro ou firma autorizada para ter validade profissional [...] é o setor público, quem tem exclusiva competência de outorgar as certificações que impliquem habilitação do exercício laboral. Em alguns casos, as certificações privadas têm também o requisito de um licenciamento de tipo acadêmico externo (RAMA, 2014, p. 169, tradução nossa).

Os colégios profissionais

O aumento de profissionais nos mercados laborais decorre justamente da mesma expansão da educação superior, esta realidade é sensível na sociedade.

Só para tomar um caso, por exemplo, no Peru, nas últimas décadas, o número de profissionais que ingressam cada ano ao mercado laboral se multiplicou 65 vezes. Enquanto que em 1960 se graduaram 900 profissionais em todo o Peru, no ano 2004 saíram das salas universitárias 59.014 novos profissionais. A taxa de crescimento registrada neste período é de 10% em média anual nas últimas quatro décadas (RAMA apud YAMADA, 2007: 1, tradução nossa).

Certamente, um dos temas a serem debatidos nos próximos anos será o do licenciamento e a da certificação profissional, tendo em conta que em todos os países temos um aumento significativo de matrículas universitárias e de profissionais nos diversos mercados laborais. Por aqui caminhamos na discussão de que os colégios profissionais estão dentro de uma discussão político ideológica como doutrinação.

Na Costa Rica, a Suprema Corte de Justiça abordou o tema desde o enfoque que considera aos colégios profissionais tanto como associações puras baseadas em um ato voluntário privado, como corporações, pelo qual seu nascimento se dá por um ato válido com independência da vontade dos participantes que se expressa em uma lei. Neste sentido, se impõe que se constituam como entidades corporativas de interesse público, pois são mais que meras associações privadas (RAMA, 2014, p. 172, tradução nossa).

Na medida que cresce a presença dos profissionais, os colégios profissionais se tornam complexas estruturas políticas, gremiais, seus representantes estão presentes em diversas instâncias públicas e sociais. Os colégios e agremiações se tornaram realidades a dar um código de ética ao profissional, impõem responsabilidade e ajudam a melhorar a capacitação de seus afiliados influenciando no exercício profissional.

A Certificação como matrícula ou registro: nova realidade em tensão política

A graduação em nossos dias é necessária, mas não suficiente para o exercício profissional. Com a expansão das carreiras e com o aumento dos profissionais na América Latina, acontece também a constituição de um vasto panorama de instituições gremiais sem fins lucrativos de representação. Estes grêmios servem para uma regulação dos profissionais, ajudam na fiscalização de documentos falsos e asseguram a qualidade dos profissionais. No Brasil, por exemplo, temos os conselhos profissionais, como a Ordem dos advogados ou o Conselho de Químicos.

Cabe analisar que a associação, em geral, se desenvolveu fundamentalmente no grau, de típica tradição napoleônica, mas associado à diferenciação quase infinita de saberes. Os colégios começaram a ramificar em múltiplas sociedades profissionais que se estruturam com base nas pós-graduações, fundamentalmente nas áreas de medicina e engenharia, cujos colégios complexaram com estas múltiplas associações. No Brasil, por exemplo, existem 65

associações profissionais do setor médico a nível nacional (RAMA, 2014, p. 178, tradução nossa).

Portanto, a separação entre título e exercício profissional acaba assegurando a qualidade formativa e profissional.

O licenciamento acadêmico

O licenciamento acadêmico é a realidade de que o formando ou formado na universidade, simplesmente com seu título, não é capaz de entrar no âmbito do trabalho profissional sem antes realizar uma avaliação de competências para estar licenciado profissionalmente. Do profissional se é exigido ainda uma formação de tipo teórica ou prática, que lhe servirá como uma evolução de competências para seu ingresso no mundo laboral.

Este licenciamento profissional impõe, de fato, uma maior separação entre o título acadêmico e o exercício profissional; é expressão do incremento das regulações públicas sobre as instituições de educação superior com a finalidade de fiscalizar os níveis de qualidade ante a alta proliferação e diferenciação das certificações universitárias (RAMA, 2014, p. 181, tradução nossa).

O licenciamento como segunda fase do asseguramento da qualidade

Nasce as agências de avaliação e credenciamento, que possuem como objetivo melhorar a qualidade da formação e ao mesmo tempo colocar as instituições em graus de qualificação profissional. Fica claro o caminho de um currículo por competências e uma possível recertificação profissional.

O asseguramento da qualidade busca atuar em duas vertentes: uma a própria instituição que passa a ser avaliada em seus cursos, a outra os próprios estudantes e futuros profissionais. As duas vertentes tocam dois

mercados importantes, o primeiro o mercado acadêmico e, o segundo, o mercado laboral.

Com o aumento de profissionais no mercado passamos à realidade de um mercado cada vez mais exigente em suas competências, a qualificação serve também agora para realizar uma seleção daqueles que conseguem entrar no mercado de trabalho, quanto mais capital humano possui o candidato ao mercado de trabalho, mais portas se abrem. Exemplo disso, no Brasil os futuros advogados precisam realizar na Ordem dos Advogados uma avaliação para exercer seu trabalho, de certa forma, aqui temos nossa seleção para o mercado de trabalho.

O licenciamento na região como nova modalidade nos sistemas de educação superior de prestação de contas

O licenciamento não afetou somente os egressos universitários e sua entrada no âmbito do trabalho, mas também as instituições de ensino superior que foram se tornando mais complexas e se multiplicaram oferecendo um mercado maior de ensino. O licenciamento funciona com o mesmo aspecto de verificar os padrões de qualidade destas instituições e fazer com que cresçam na oferta de competências para o mercado laboral. Agora é possível também verificar os níveis ou padrões de qualidade dos cursos superiores oferecidos pelas instituições de ensino superior.

Com um número maior de certificações aparece também o problema das falsas certificações, há uma fragilidade na questão do controle de tais certificações, e isso acaba atingindo o mercado laboral, pois no momento de contratar não se sabe se a certificação corresponde ao capital humano e as competências necessárias para o trabalho.

As empresas não têm capacidade de poder avaliar claramente os níveis de produtividade esperados dos profissionais na hora da contratação e, portanto, como sustenta Spencer, tal avaliação a realizam não em função do capital humano mas, sim, das

certificações profissionais (RAMA, 2014, p. 188, tradução nossa).

O licenciamento acadêmico, portanto, vem somar com a realidade das certificações, para que assim se tenha maior clareza das competências e do capital humano que traz o egresso das instituições de ensino superior. Também servirá para deixar claro os diversos níveis em que se encontram as diversas instituições de ensino superior, como se fosse uma prestação de contas no mercado educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos que o olhar do autor nos faz perceber a caminhada das certificações dos egressos, das inúmeras instituições de ensino superior, cada vez mais estes egressos sentem um mercado competitivo, portanto, há que estar atento a crescer sempre nas competências. Um desafio apresentado é o aumento de certificados falsos, isto faz com que surjam instituições para verificar a qualidade das instituições com avaliações, e também avaliações acontecem por instituições públicas ou civis com egressos para receberem sua certificação para o mercado laboral.

ABSTRACT

We bring with this article the thought of a great Uruguay an author, Cláudio Rama, where we perceive a clarity of thought on the subject of professional certification, we verify the historical evolution and the changes with the growth of high reeducation institutions, due to the great demand of young people and adults who have in mind the demand so fanin creasinglyc ompetitive and demanding job market.

Keywords: Professional certification; demanding labor market; Skills

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RAMA, Cláudio. *Los Nuevos Modelos Universitarios em América Latina*. Montevideo: Grupo Magro editora, 2011.